



Obsolescência e subjetividade & passagem ao *in*-possível

Alexandre M. T. de Carvalho

Psicanalista, professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juíz de Fora.

Resumo

Neste artigo o autor discute o conceito de obsolescência programada produzida pelo capitalismo, que se refere à prática de planejar o fim precoce de mercadorias para garantir o consumo contínuo. Assim como os produtos são projetados para se tornarem obsoletos rapidamente, a força de trabalho também é tratada de forma descartável para incrementar a produção de mais-valor e gerir o ciclo econômico. Essa dinâmica está na base de uma produção de subjetividade marcada pela necropolítica, em que o capital e o descartável moldam as relações sociais de produção. O artigo trata, por fim, da urgência de se pensar e agir em direção ao *in*-possível, a uma outra forma de viver e lidar com o tempo e com o mundo.

Palavras-chave: Obsolescência programada; Capitalismo; Necropolítica; Psicanálise; Tempo.

Abstract

In this article, the author discusses the concept of planned obsolescence produced by capitalism, which refers to the practice of planning the early end of products to ensure continuous consumption. Just as products are designed to become obsolete quickly, the workforce is also treated as disposable in order to maintain the economic cycle. This capitalist dynamic contributes to a subjectivization marked by necropolitics, in which capital and disposables shape the social relations of production. Finally, the article addresses the urgency of thinking and acting towards the *in*-possible, towards another way of living and dealing with time and the world.

Keywords: Planned obsolescence; Capitalism; Necropolitics; Psychoanalysis; Time.

O fascista capaz de genocídios surgiu como a pura
essência do fabricante alemão.

T. W. Adorno & M. Horkheimer.

A obsolescência programada pelo capital afeta as relações sociais de produção. Se toda mercadoria deve ser rapidamente descartada (para o capital hodierno, pouco importa o seu valor de uso e a queda em desuso) a fim de que uma nova seja adquirida no mercado, por que seria diferente com a mercadoria força de trabalho? A mercadoria força de trabalho também passa a ser “feita” para não durar e rapidamente se torna obsoleta (descartada ou adoecida, às vezes mortalmente) por efeito de uma exploração do trabalho que se torna cada vez mais anuviada e sofisticada.¹

1

A forma-mercadoria, historicamente tornada categoria apriorística e reduzida a entidade abstrata, justo por ser forma, requer uma lógica, uma lógica da mercadoria, que nos atravessa, invisível (não é significativa, é não-sensível) e incólume: há um inconsciente da forma-mercadoria (Zizek, 1996). O capital é também uma estrutura simbólica, se estrutura como uma linguagem – logo, embora não seja sujeito, é “analisável”. É o que faz Marx.

No estágio atual do modo de produção capitalista, as coisas são feitas para não durarem. Esse *modus operandi* rebate em todas as esferas da vida social, não somente na relação emprego (relação social que define um comprador que consome a mercadoria força de trabalho e um vendedor que se sujeita à alienação). Com os rebatimentos na subjetividade, se dá o mesmo com as relações afetivas (amizades, namoros, qualquer forma de relação da ordem de Eros) e com as decisões políticas (micro & macro, bio & necro). A obsolescência programada é filha da aceleração maníaca e estertorante do neoliberalismo.

A aceleração do processo de produção-circulação-consumo aumenta vertiginosamente a velocidade e diminui a duração do tempo no cotidiano. Isso é efeito do tempo histórico do capital (Mészáros, 2007). Se o leitor reivindicar uma representação supostamente mais “objetiva” desse processo, uma “evidência” (digamos assim, a acrescentar uma pitada de ironia), pode-se recorrer à linguagem da física matemática, a uma equação banal da cinemática: se a aceleração é a grandeza que mede a variação da velocidade no decurso do tempo ($a = \Delta v / \Delta t$), quando a variação do tempo tende a zero ($\Delta t \rightarrow 0$), no limite, a aceleração tende ao infinito. Quanto maior a aceleração, maior a velocidade. Virílio, em 1989, profeticamente nos fazia ver:

Se o final do século XIX e o início do século XX viram o advento do veículo automóvel, veículo dinâmico, ferroviário, rodoviário e depois aéreo, parece que o fim do século XX anuncia uma última mutação, com o advento próximo do veículo audiovisual, veículo estático, substituto dos nossos deslocamentos físicos (Virílio, 1989, p. 406).

Que contradição! A aceleração paroxística do ciber mundo eleva a velocidade à inércia da paralisia, à chegada sem partida: “passamos do tempo extensivo da história ao tempo intensivo de uma instantaneidade sem história” (Idem).

Quem controla o tempo (Nunes, 2024) e as velocidades, desde a morte do modo de produção feudal e seus tempos e velocidades da terra e do Céu e de forma absurdamente explícita desde a Revolução Industrial do XIX, são os agentes do capital. O *Angelus Novus* de Klee já fora arremessado pelo vendaval da Tese IX de Benjamin (2016), na angústia de se perder a História. O fato é que, mesmo que não se dê conta, ainda que, ao contrário do Anjo da História, fechemos os olhos e fiquemos de costas para o passado, o capital acelera, de forma suicida e genocida, ao infinito. Eis aí outra contradição absurda do capital.

Na década de 1970, por exemplo, o telefone era fixo. Era também um objeto de decoração, era durável – e caro. Hoje, é móvel, descartável e aparentemente barato. Digo aparentemente barato porque não é de fato (nem relativamente) tão mais barato do que o telefone do passado recente, pois os interesses do mercado financeiro cresceram na transação de tal forma que o fetiche do financiamento foi elevado à máxima potência – “Baratinho, tanto por mês”, diz o senso comum. Portanto, tal qual os telefones – vêm à mente os primeiros aparelhos de telefone, esperando mudos e impávidos sobre uma mesinha por meses a fio a chegada da linha, do tom de discar –, a força de trabalho tornou-se ainda mais móvel, descartável e barata (absoluta e relativamente). Nas telas aceleradas dos smartphones não se vê o sangue e a lama que correm lentos do rio Doce, as tragédias de Mariana, de Brumadinho, de tantas minas e trabalhadores explorados pelo mundo afora. Vê-se apenas um reflexo pálido de um investimento libidinal narcísico vazio e fomentado.

Silêncio. Luto não é depressão, é trabalho psíquico (Freud, 2018), é luta. Silêncio. A morte é da ordem da pulsão. A morte é um nome que não há. A imagem da obsolescência programada levada ao limite do tempo e do humano é uma face da morte, escamoteada em desejo, num “livre acordo que os [trabalhadores] condena à morte e à escravatura” (Marx, 1982, p. 345). Uma pausa.

A vida é um sopro, a morte é um vento, o progresso é vendaval.

A obsolescência programada é a morte planejada da mercadoria. No limite, é a morte infantil do objeto, uma fantasia de onipotência parcialmente realizada; mas, na concretude do real, uma prática social avassaladora, a morte programada da força de trabalho reificada. Mortificação do sujeito. O que quer quem trabalha? O que pode querer diante de tamanho Outro? Será a morte o nome que não há? Há dias sem nome. Para permanecer vivo, é preciso desejar.

“Afinal é preciso começar a amar” (Freud, 2010, p. 29). Para o seio-mãe, ainda que indiferenciado, ainda-não-objeto, converge o desejo daquele que nasce. Pulsão originária, condição de possibilidade do vivente. Desejo → objeto. Não há objeto que dê conta, todo objeto é sempre parcial. Sublimando, o sujeito cria novos objetos. Nesse processo de criação/investimento libidinal, vive-se. É ele que (nos) move, (nos) faz prosseguir.

O único objeto integral/total é a morte: desejo sem objeto, desejo sem nome, a que demos o nome de morte (um nome para o que não temos nome). Esse nome se banalizou. Todavia, quando se detém nessa palavra, tropo substantivado, o banal do sentido predomina. Será defesa diante do destino inexorável de toda pulsão que se anuncia a cada realização parcial? Diante do desejo sem nome, será defesa dar-lhe um nome, forma de aplacar sua violência e sua tragicidade? O que pode um nome? Obnubilar um desejo, esvaziar o objeto que não há, o objeto vazio radicalmente inapreensível? O objeto incognoscível e, no limite, impensável e inominável? O desejo sem volta, se investido? O desejo sem dobra? O que pode querer um sujeito? Um sujeito querer o que pode? Um sujeito o que pode querer? Verbo e complemento, nesses dois últimos enunciados, podem ser jogados e trocados. O que é verbo, o que é complemento, quando o complemento é não exatamente substantivo nem verbo, mas um substantivo no limite do verbo, um desejo no limite da ação, uma ação no limite do objeto? Um sujeito querer o que pode... esse enunciado não é fácil. Parece, mas não é. É ambivalente: ao mesmo tempo em que limita o desejo, o remete ao impossível, ao ponto limite do gozo – o lugar infinito do ponto de encontro do encontro impossível, como duas retas paralelas, sempre recusado, sempre negado, até tornado inefável; mas, em algum momento, inevitável. A última obra (do) sublime. A infinitude esbarra, há de es-barrar e de ser barrada, no limite do desejo, no desejo-limite, no limite sem nome, no nome do inominável, a que, por puro desejo de apaziguamento, demos o nome de morte.

Mas o capital, onipresente, insiste. Os agentes do capital metem os pés pelas mãos e se creem ungidos. Fé mercadoria, pouca coisa além, todavia de implicações devastadoras. Mas sempre hão de es-barrar e serem barrados na falha básica e incontornável da impossibilidade da onisciência e da onipotência. Deus *fake*. Na base dessa fantasia de onipotência onisciente está o fato histórico da propriedade privada dos meios de produção e da colonização e suas faces bio e necropolítica (Mbembe, 2018). Pode-se tentar dar um laço na morte, mas a alienação está sempre lá, a nos olhar de soslaio e a nos devorar com gozo de escárnio. O tempo do trabalho alienado nos engole, “filhos do tempo”, vorazmente. Gerir o tempo é ser “*di-gerido*” por ele, Nunes (2024) nos recorda a tempo.

2

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos [...]. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes, depois, algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais do que isso” (Prado Jr, 2011, p. 28-29). Sem Darcy, Florestan, Abdias, Clovis Moura, Bulbul, Guerreiro Ramos, Neuza Santos Souza, Eliana Alves Cruz, Ana Maria Gonçalves, Helena Besserman, Rita Von Hunty - e a lista não para, busquemos no presente ou no passado - a psicanálise em Terra Brasilis é psicanálise alienante e alienada (o jogo analista/alienante & analisante/alienado cairia bem, no caso).

3

“Ler Fanon é experimentar um censo de cisão que prefigura – e fende – a emergência de um pensamento verdadeiramente radical que nunca desponta sem fazer cair uma escuridão incerta” (Bhabha, 2020, p. 2).

4

Essa travessia é uma espécie de “rali”. Rali Paris-Dakar é um nome que expressa a ironia e a violência do processo de produção do capital colonizador.

A obsolescência programada é um produto da alienação e produção de mais alienação. A produção de mais-valor é sempre produção de mais alienação. E, por falar em alienação, como não pensar em Lacan (1985)? E, por pensar em Lacan (2008), como não pensar em Marx? E, por pensar em Marx, como não pensar no tempo e no espaço, na história e na geografia da subjetivação? E, por pensar em história e geografia da subjetivação, como não pensar em Fanon? Nas coordenadas (latitudes & longitudes; branquitudes e negritudes) da colonização, Lacan é nada sem Marx. Menos ainda sem Fanon (2020). O conceito de alienação em Marx é a negação da negação da alienação histórica, é retorno do recalcado das relações sociais de produção que com Marx vem à tona. A apropriação lacaniana do conceito marxiano [e não resta dúvida de que Marx inventou o sintoma (Zizek, 1996) e escancarou o capital como Outro] resta violentamente vazia e contraditoriamente alienante se quem pensa a psicanálise nas Américas² ou em Áfricas ignora Fanon³. A alienação colonial extrema, que torna o colonizado um estrangeiro, permanentemente alienado em seu próprio (próprio entre aspas) país e faz impossível a tarefa da psiquiatria (Fanon, 2020), excede em muito o conceito de alienação como entidade abstrata (a alienação tem corpo). A problemática do Outro e da alienação é bem diferente, esteja quem está a pensar, a analisar e a viver em Paris, Rio de Janeiro, Salvador, Alger ou Dakar.⁴

Em poucas décadas, por um processo de aprofundamento da obsolescência programada, nos tornamos seres humanos profundamente marcados pela mobilidade do capital e violentamente significados pelo descartável. “Toda reificação é um esquecimento” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 188), não nos esqueçamos disso. Subsumir a subjetivação à alienação e à reificação é a forma capitalista (neoliberal, por excelência) de produção social do esquecimento e de gestão do sofrimento psíquico (Safatle, Silva Jr e Dunker, 2022) e uma forma de produção de subjetividade necropolítica (ou uma forma necropolítica de produção de subjetividade, que parece ser o mesmo enunciado, mas nos trai nas entrelinhas).

* * *

O que se escreve são apenas linhas no papel. Um traçado. O traçado é impresso e publicado. Será lido, quiçá. Pouca coisa a mais. Sua potência está na possibilidade de tocar, socar, golpear o leitor, incomodá-lo, provocar-lhe uma dor ou prurido incontornável. Nosso tempo histórico é estilhaçado. Somos feitos de cacos e estilhaços. A escrita que nega isso e se pretende completa, fechada

5

Para ironizar - ainda mais uma vez - essa nova epistemologia *fake* e subserviente aos interesses do capital que, fulcrada na suposta metodologia (?) da “evidência”, depauperou os debates no campo universitário.

em si mesma, “evidente”⁵, não passará de uma escrita alienada do tempo histórico. Talvez não haja possibilidade de escrita, hoje, fora do prisma poético-poiético. Sobretudo depois de Gaza, 2024; de tanto trauma e de tanto fascismo recrudescido em escala global: o fascismo não morreu com a derrota histórica na Segunda Guerra. Wilhelm Reich pressentira e apontara isso, desde a primeira edição em alemão de *Die Massenpsychologie des Faschismus*, em 1933, na enunciação do fascismo como “expressão politicamente organizada da estrutura do caráter do homem médio [...] a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida” (Reich, 1998, p. XIX). Desse ponto de vista, a “peste emocional política” está aí, a pleno vapor, para quem quiser ver a fumaça. As pesquisas de Adorno (2015), por sua vez, desde 1946 com *Antisemitismo e propaganda fascista*, demonstram que a causa nunca deixou de ser, na essência, antifascista – ou, como diria Nunes (2022), “o fascismo não passará, literalmente”.

Mas, como narrar o inenarrável, nomear o inominável? Essa questão é recorrente no campo psicanalítico, sobretudo desde que a questão do traumático recuperou seu lugar de destaque. Defendo que essa passagem do impossível ao *in-possível* é um tipo de processo de trabalho psíquico em que o sujeito (singular ou coletivo) tenta passar do impensável, do não simbolizável, ao possível do simbólico, ao enunciável (escrita ou fala) ou ao representável plasticamente (música, pintura, escultura, dança e outras formas plásticas que se possam inventar ante o desamparo ou a desesperança do real).

Essa passagem pode se dar de diferentes formas, segundo diferentes lógicas (formas do pensar) ou linguagens; de forma mais ou menos intuitiva ou elaborada simbolicamente, ou seja, como expressão mais direta, bruta, pouco elaborada, como uma espécie de apreensão direta das qualidades do objeto *a* e do fantasma, até um patamar mais elevado de construção linguística. O trabalho psicanalítico é uma tentativa de construção de um caminho; logo, é um *metodos* (*meta*, busca, procura e *bodos*, caminho) de passagem ao *in-possível*.

O sujeito da passagem ao *in-possível* é, simultânea e irremediavelmente, singular e coletivo-plural, ainda que um ou Outro possa estar mais ou menos anuviado no momento da tentativa de representação ou de enunciação. Nesse movimento, a alienação é esquecimento, perda ou desconstrução de memória que, singular e social, se esgarça e torna o tecido da história friável. Embora não seja suficiente, como nos adverte Adorno (2020, p. 46)⁶, essa passagem é necessária.

6

“A sobrevivência do fascismo e o fracasso da tão falada elaboração do passado, degenerada em sua caricatura, no esquecimento vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que produziram o fascismo” (Adorno, 2020, p. 46).

Quando o sujeito coletivo-plural, o sujeito social, aparece elidido, a obra de representação recebe um nome de autoria, nome de um sujeito singular. Contudo, o tempo histórico e o registro do social estão sempre lá, na obra e no sujeito, indelevelmente tatuados. Quando o sujeito singular aparece velado, a obra de representação recebe um nome de “movimento social”. Da mesma forma, dialética, os sujeitos singulares estarão sempre lá inscritos, ainda que com-formados nessa nova forma/ordem que os transcende e que poderíamos chamar de Outro.

O primeiro Outro, via de regra, é a mãe – “É a mãe!”, grita reativamente o ofendido que se sabe alienado na linguagem. Todavia, um Outro sempre remete a outro Outro, a tal ponto que o sujeito singular se torna qualquer coisa do perdido na ordem Dédalo-Ícaro: resta saber se encontraremos uma saída do labirinto (que, embora arquitetado e construído por sujeito singular, já lá está socialmente dado pelo tempo e as forças da história) e de que forma sairemos: à moda de Dédalo, ao estilo de Ícaro, à manha de Teseu ou criaremos outros *methodos*?

“Que fazer?” perguntava Lenin (1970), no frio outono-inverno europeu de 1901-1902, cerca de quinze anos antes da Revolução Russa. Esse detalhe histórico indica que, apesar dos pesares, havemos de achar o caminho, atravessar a fronteira. Linhas flecha, linhas lança, linhas pedra. Intifada, diáspora. Resistência. Lembremo-nos do cavalinho gaúcho, nomeado Valente, que resistiu impávido no ponto mais alto do telhado às intempéries do capital.⁷ Todo embaraço tem solução e labirintos não somente entrada.

“Avançamos para trás, mas cada vez mais depressa. A involução que leva à inércia se acelera” (Virilio, 1989, p. 404). Desacelerar é preciso. Lina (Marinho, 2014) diria “decrecer”. Barricar o tempo, expropriá-lo de quem o expropriou da classe trabalhadora e o estilhaçou; construir um tempo em que o tempo do trabalho de arte seja referência ontológica social, não exceção. “O gesto porvir há de ter o estatuto de um ato a romper com a perenidade da repetição”, nos diria Nunes (2024).

O pensamento pensa. O corpo brinca. As mãos se enlaçam. As tintas e as telas ficam. As notas vibram nos campos dos acordes. Há ritmos. À sombra frondosa de uma árvore de raiz, tronco e galhos fortes, a menina se balança no quintal, vestido e cabelos ao vento. Um tempo. Um pouco mais lento... o Anjo agradece.

7

Referência ao cavalo Caramelo Valente, que, durante as enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, sobreviveu ilhado sobre o telhado de uma casa no bairro de Mathias Velho, na cidade de Canoas. Ao que parece, “Caramelo” teria sido o apelido dado ao equino em postagens nas redes sociais, enquanto aqueles que operaram o resgate, no dia 9 de maio, o teriam batizado de “Valente”. [N. do Editor].

Referências

- Adorno, Theodor W. Antissemitismo e propaganda fascista [1946]. In: *Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.
- Adorno, Theodor. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2020 [1959].
- Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1944].
- Benjamin, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016 [1940].
- Bhabha, Homi. *Recordar Fanon*. O Eu, a psique e a condição colonial. São Paulo: Ubu, 2020 [1986].
- Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020 [1952].
- Fanon, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu, 2020 [1956].
- Freud, Sigmund. Introdução ao narcisismo [1914]. In: *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- Freud, Sigmund. Luto e melancolia [1917]. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- Freud, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1920].
- Lacan, Jacques. *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Lacan, Jacques. *Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- Lenin, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* Lisboa: Estampa, 1970 [1902].
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*, L.1, v. 1. São Paulo: Difel, 1982 [1867].
- Marinho, Lina Raquel de Oliveira. *Decrescimento e Consequências Humanas: Ouvindo as vozes da resistência*. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.
- Mbembe, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- Mészáros, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Nunes, Diogo C. O fascismo não passará, literalmente. *Escritos / Círculo de Giz*, 24/10/2022.



Nunes, Diogo C. Tempo é dinheiro. *Escritos / Círculo de Giz*, 14/01/2024.

Prado Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011 [1942].

Reich, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1933].

Safatle, Vladimir; Jr, Nelson S.; dunker, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Virilio, Paul. O último veículo. *Revista 34 Letras*, nº 5/6, p. 396-406, 1989.

Virilio, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Lisboa: Teorema, 2000.

Zizek, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: Zizek, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.